

FEAM	
Protocolo nº: 200742/2003	101
Divisão: <i>[assinatura]</i>	FL. Nº
Mat. <i>[assinatura]</i>	Visto <i>[assinatura]</i>

CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL



Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Fundação Estadual do Meio Ambiente

Processo nº 00788/2002/002/2006

Referência: Recurso a Câmara Normativa e Recursal do COPAM, infração gravíssima, porte médio.

Interessado: POSTO MARIO MATOLA LTDA.

PARECER JURÍDICO

Relatório

A sociedade empresária em referência foi penalizada com multa, por "*Causar poluição ou degradação ambiental de qualquer natureza que resulte ou possa resultar em dano à saúde humana, aos recursos hídricos, as espécies vegetais e animais, aos ecossistemas e habitats ou o patrimônio natural ou cultural, pois o empreendimento possui contaminação no solo e água subterrânea por vazamento de combustível de tanques subterrâneos não estanques*", infração à legislação ambiental de natureza gravíssima, tendo sido aplicada a multa de R\$26.603,56 alterada para R\$20.001,00 por força do disposto no art. 96 do Decreto nº 44.844/08.

Inconformada a sociedade interpôs tempestivamente seu recurso, onde em síntese alega:

- decidiu e logo providenciou a paralisação das atividades da empresa haja vista que, os tanques de combustíveis da Distribuidora instalados no local há muitos anos, apresentaram vazamento que se evidenciou;
- rescindiu contrato de fornecimento de combustíveis, ficando estabelecido no item 5, por imposição da Distribuidora, o compromisso de contratar a empresa Hastec Tecnologia e Planejamento Ambiental Ltda com o objetivo de se incumbir de realizar testes e remediação – plano de redução de impacto ambiental;
- foi constatado por técnico da FEAM que o posto em agosto de 2005 estava desativado e em fase final de remediação;
- qualquer pretensão punitiva se encontra prescrita, por inércia e/ou omissão da FEAM;
- mesma que se tivesse cometido qualquer infração faria jus a atenuante prevista do art. 21, §1º, inciso I alínea "a" do Decreto nº 39.424/98;
- requer o cancelamento do auto ou na hipótese de não ser acatado que seja revisto o valor da multa;

[assinatura]

-destaca a paralisação do empreendimento ocasionando enormes prejuízos a recorrente além da adoção de todas as providências cabíveis e possíveis a remediação dos possíveis danos;

-a contratação da empresa Hastec o que descaracteriza de plano a multa aplicada ;

-O Ministério Público determinou o arquivamento do expediente que demonstra falta de elementos ensejadores de quaisquer punições à empresa recorrente;

-não foram aplicadas as atenuantes previstas na legislação dentre elas a situação econômica do recorrente, pois encontra-se paralisada e desativada desde 2003;

-espera a revisão da pena e requer que seja declarada a prescrita a pretensão punitiva.

Do ponto de vista jurídico a recorrente não apresentou nenhum dado ou fato capaz de alterar as decisões anteriores de penalização ao recorrente, como poderemos demonstrar.

Entende esta Procuradoria que não há prescrição a ser reconhecida no presente caso. O Auto de Infração foi lavrado na vigência do Decreto 39.424/98, sem indicação de multa. Formalizado o processo e elaborado os Pareceres Técnico e Jurídico foi analisado e julgada a defesa apresentada, pela Unidade Regional do COPAM, março de 2007, com decisão pela aplicação de multa simples. Desta decisão de aplicação de multa a recorrente foi notificada e apresentou recurso tempestivo, ora em análise por esta Câmara do COPAM.

Da análise dos prazos e do procedimento, podemos afirmar que não ocorreu a prescrição, uma vez que não existe decisão definitiva do processo, nos termos dos Pareceres da Advocacia Geral do Estado de nº 15.047 de, 24 de setembro de 2010 e nº 15.076 de, 06 de abril de 2011.

Conforme já discutido por diversas vezes e de acordo com os pareceres da Advocacia Geral do Estado em especial o de nº 15.076 de 6/04/ 2011, podemos apontar para melhor elucidação da questão, uma das conclusões do citado parecer: *"Reafirma-se a conclusão n.4 do parecer AGE nº 15.047/2010, no sentido de que, somente após proferida a decisão definitiva no procedimento administrativo cientificado o infrator e não efetuado o pagamento da multa no prazo legal, começa a fluir o prazo prescricional de cinco anos para o estado promover a sua cobrança judicialmente. Ou seja, a partir da data em que deveria ter sido feito o pagamento e não o foi".*

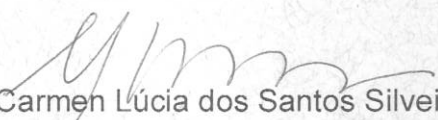
Argumenta o recorrente que foi penalizado com multa pecuniária exorbitante e sem considerar nenhuma atenuante. O Relatório de vistoria descreve que: "os tanques que apresentaram danos estruturais causaram vazamentos contaminando o solo", o que indica a ausência de atenuante na fixação da multa. (Relatório Vistoria nº 010898/2005)

Cabe lembrar que, em matéria ambiental, o poluidor assume a responsabilidade pelos danos causados decorrente de sua atividade efetiva ou potencialmente poluidora e degradadora do meio ambiente.

Conclusão

Diante dos fatos narrados, deve ser o presente Recurso encaminhado a Câmara Normativa e Recursal do COPAM, a fim de que seja julgado improcedente o recurso com a manutenção da penalidade de multa simples de **R\$20.001,00** atualizada, devendo ser efetuada a sua cobrança, sob pena de inscrição em Dívida Ativa do Estado.

É o parecer, s.m.j.


Carmen Lúcia dos Santos Silveira
OAB/MG 38.838 – MASP 1043.754-9

